

USOS DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO NA HISTÓRIA DE TEFÉ/AM: AS CULTURAS INDÍGENAS, A IGREJA CATÓLICA E AS ORDENS RELIGIOSAS

USES OF MEMORY AND FORGETTING THE HISTORY OF TEFÉ/AM: INDIGENOUS CULTURES, THE CATHOLIC CHURCH AND RELIGIOUS ORDERS

Luciano Everton Costa TELES*

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central compreender os usos da memória e do esquecimento na História de Tefé, município do interior do Amazonas, por meio das edificações que foram elevadas ao estatuto de patrimônio histórico e cultural, notadamente a Igreja de Santa Teresa (Matriz) e o Seminário São José, revelando que estas edificações evocaram e evocam uma memória histórica específica, ligada aos missionários católicos. Esta memória acabou ocultando as relações estabelecidas no passado entre a Igreja Católica e seus missionários e os povos indígenas, sobretudo os desdobramentos destas relações que contribuíram de forma significativa para a desarticulação e eliminação de muitas das culturas indígenas desta região.

45

Palavras-chave: Igreja Católica e Ordens Religiosas. Memória e Esquecimento. Tefé.

ABSTRACT: This article aims at understanding the uses of memory and forgetting in history Tefé, inland city of Amazonas, through the buildings which were elevated to the status of historical and cultural heritage, notably the Church of Santa Teresa (Mother) and St. Joseph Seminary, revealing that these buildings evoke historical memory and evoke a specific, linked to Catholic missionaries. This memory just hiding the relations established in the past between the Catholic Church and its missionaries and indigenous peoples, particularly the ramifications of these relationships that contributed significantly to the dismantling and removal of many of the indigenous cultures of this region.

Keywords: Catholic Church and religious orders, Memory and Oblivion, Tefé.

Considerações iniciais

O presente artigo emergiu de um curso de extensão denominado “História, Memória e Patrimônio Histórico e Cultural” desenvolvido no 1º semestre de 2011 na Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Tefé. Este curso fez parte de uma das etapas de um projeto maior em andamento intitulado “História, Memória e Patrimônio Histórico e Cultural: a História e a Memória do Médio

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas. Professor Assistente da Universidade do Estado do Amazonas – CEST/Tefé. E-mail: lucianoeverton777@hotmail.com.

Solimões”, cujo foco central é discutir o patrimônio histórico e cultural e sua relação com a memória histórica na cidade de Tefé/AM.

Neste sentido, busca-se compreender os usos da memória e do esquecimento na História de Tefé, município do interior do Amazonas, por meio das edificações que foram elevadas ao estatuto de patrimônio histórico e cultural, notadamente a Igreja de Santa Teresa (Matriz) e o Seminário São José, revelando que estas edificações evocaram e evocam uma memória específica que acabou ocultando as relações estabelecidas no passado entre a instituição da Igreja Católica e os povos indígenas, sobretudo os desdobramentos dessas relações que contribuíram de forma significativa para a desarticulação de muitas das culturas indígenas desta região.

Na esteira desta discussão, cabe salientar a relação entre história e memória, destacando como se deu a inserção da memória como objeto de estudo na disciplina histórica, pontuando os estudos sobre ela e, conseqüentemente, sobre o esquecimento. Ao mesmo tempo em que se tornou necessário apresentar a relação entre memória e patrimônio histórico e cultural.

O artigo estrutura-se em quatro partes. Na primeira, procura-se apresentar a relação entre história e memória e seus meandros. Na segunda, destaca-se o interesse dos espanhóis e portugueses pela região amazônica e a atuação dos missionários, em especial em Tefé. Por fim, discute-se o uso da memória e do esquecimento na História desta cidade do interior do Amazonas.

A relação entre disciplina histórica, memória e patrimônio

Percebe-se atualmente um interesse significativo de diversos grupos sociais¹ em preservar aspectos relacionados às suas trajetórias, com a finalidade de preservação de memórias. Este interesse emergiu e se intensificou a partir das constantes transformações pelas quais a sociedade passou e que afetaram as múltiplas dimensões dos grupos sociais. Estes, por outro lado, sentiram a necessidade de resgatar as memórias em função da sensação de rompimento com o passado.

As transformações bruscas ocorridas, por força da urbanização desenfreada, dos avanços tecnológicos nos mais variados campos, produziram a sensação de que algo estava se perdendo. A este processo de transformações rápidas e constantes da sociedade Pierre Nora denominou de “aceleração histórica”. Segundo Nora:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como

desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou do vivido no calor da tradição, sob um impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (1993, p. 7).

Em virtude desse processo, a sociedade atual, pelas intensas e constantes transformações que tenderam a produzir um sentimento de esfacelamento da memória, caracterizou-se por produzir estoques de material que evocassem aspectos do passado. De grande envergadura, arquivos, centros de documentação, museus, edificações acabaram se difundindo pelo espaço urbano. A consciência de uma ruptura com o passado e, conseqüentemente, a idéia do esfacelamento da memória despertou o problema de onde buscar sua encarnação. Era a constituição dos chamados “lugares de memória”.

Os lugares de memória são antes de tudo restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mas o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 12-13).

A constituição dos “lugares de memória” e o papel cada vez mais salutar da memória na sociedade contemporânea levou a história a tomar a memória como objeto de estudo. Passou-se a analisar o processo de constituição e formalização das memórias (POLAK, 1989), as disputas entre memórias (LE GOFF, 1990), as gestões políticas da memória e do passado (ANSART, 2001), a memória coletiva (HALBWACHS, 1968), a relação entre memória e esquecimento (PADRÓS, 2001), a política do esquecimento (MICHEL, 2010) e outros. Nesta esteira, o historiador assumiu um papel cada vez mais importante na sociedade atual, pois passou-se a clamar pelos seus trabalhos.

Cabe destacar que a memória não foi e nem é objeto de estudo exclusivo da disciplina histórica. Ela perpassou várias ciências, como a biologia e neurofisiologia (funcionamento cerebral e fenômenos como amnésia e afasia), a psicologia (percepção do que é lembrado e esquecido), a pedagogia (memorização). Além disso, por meio da memória estudou-se a formação das identidades, relação entre passado e presente, preservação da memória e outros aspectos (POSSAMAI, 2000, p. 23).

Recentemente também se buscou compreender a relação entre cidade, patrimônio histórico e cultural e memória. Certamente as cidades acabaram constituindo

espaços e edificações que se colocaram como baluartes da memória. Monumentos, memoriais, museus, igrejas e outros acabaram ganhando estatuto de patrimônio, evocando a partir daí uma memória de alguma forma relacionada à cidade.

Com efeito, ocorreu um processo de construção daquilo que acabou se materializando enquanto patrimônio histórico e cultural de uma cidade, buscando uma mediação com o passado e a constituição de memórias, muitas vezes homogeneizadoras. Tais memórias acabaram se difundindo na sociedade ocultando aspectos significativos da trajetória histórica da cidade. Revelar e compreender estes meandros são objetivos da disciplina histórica.

Este artigo assumiu a perspectiva de explorar a memória e o passado a partir de seus usos, incluindo aí o esquecimento, enfocando duas edificações consideradas como patrimônio histórico da cidade de Tefé, a Igreja de Santa Teresa (Matriz) e o Seminário São José. Para melhor compreender os usos da memória e do esquecimento na História de Tefé faz-se necessário recuperar, em linhas gerais, a atuação dos missionários, por meio das ordens religiosas existentes no interior da Igreja Católica, na Amazônia.

Os espanhóis, os portugueses e a Amazônia

Sabe-se que a Amazônia, desde o momento em que os europeus entraram em contato com o continente americano (os espanhóis com a região da Mesoamérica e os Andes e os portugueses com o litoral sul-americano), foi alvo de interesses pelas riquezas que ela “supostamente” apresentava. Não foram poucas as expedições espanholas e portuguesas montadas e direcionadas para o reconhecimento, posse e exploração da região.

Considerando a idéia da conquista e colonização europeia na região, o Tratado de Tordesilhas (1494) assegurava para a Espanha a região amazônica. Entretanto, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, Portugal travou inúmeras disputas territoriais no sentido de ampliar seus domínios e avançar sobre porções da Amazônia num momento político específico, a União das Coroas Ibéricas.²

Entretanto, em que pese as expedições espanholas terem sido direcionadas para a região, a Amazônia foi submetida a um processo de colonização empreendido pelos portugueses a partir do século XVII (REIS, 1989; FREIRE, 1991; BOXER, 1981). Na primeira metade deste século, em função da presença de holandeses, ingleses e franceses no vale Amazônico, especialmente no baixo Amazonas, e da configuração de um incipiente comércio destes com algumas etnias indígenas, os portugueses

construíram um forte, chamado Forte do Presépio. Com este forte militar os portugueses realizaram um avanço na região com o objetivo de expulsar aqueles “estrangeiros”. Este século marcou a presença portuguesa no Vale e o início da exploração econômica da região.

Os primeiros momentos do avanço português deram-se, quando as autoridades, do então Estado do Brasil, organizaram a expulsão dos franceses que haviam fundado na ilha do Maranhão, em 1612, a chamada França Equinocial. (...) Ademais, na corte ibérica circulavam informações de que ingleses e holandeses faziam comércio com os indígenas do baixo Amazonas (...). As autoridades ibéricas encaravam como urgente ocupar o delta amazônico (UGARTE, 2001, p. 202-203).

A ocupação foi ocorrendo no início do século XVII, culminando com a construção do Forte do Presépio. Interessante perceber que esta ocupação, num primeiro momento, foi diferente da ocupação da costa leste brasileira, pois a Amazônia significou para os portugueses um problema militar, configurando-se no início do século XVII como uma área predominantemente militar e geopolítica, a questão econômica era secundária (SANTOS, 2002, p. 15-16).

Somente após a expulsão daqueles personagens que Portugal passou a cobiçar economicamente a região Amazônica, pois os portugueses perceberam a riqueza natural presente na região e o comércio que poderia ser construído a partir dela. Com efeito, as “drogas do sertão”³ foram exploradas com a utilização da mão de obra indígena. Para a arregimentação e distribuição desta mão de obra entre os colonos leigos e missionários foi elaborada toda uma legislação, composta por leis, decretos, carta-régias e outros instrumentos para disciplinar este processo (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Amazônia e os missionários católicos

Os missionários estiveram presentes na região desde o início do processo de conquista e colonização. Atuavam como braço direito das Coroas (Espanha e Portugal) e por meio dos aldeamentos e das missões procuravam difundir a fé católica e propagar aspectos da cultura ocidental. Foram essenciais no processo de colonização, sobretudo pelo trabalho de catequese desenvolvido e que impactou significativamente as sociedades indígenas (BEOZZO, 1983; CUNHA, 1992).

Diversas ordens religiosas marcaram presença no Estado do Brasil e na região Amazônica, principalmente os mercedários, carmelitas, franciscanos e jesuítas, tanto do lado espanhol como do lado português. Os jesuítas se destacaram. Nos primeiros anos

os jesuítas serviram aos interesses da Coroa como instrumentos da política de desenvolvimento da Colônia (...). Os jesuítas buscaram controlar e preservar

os índios através de um processo de transformação que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo (MONTEIRO, 1994, p. 36).

Em geral as ordens religiosas atuavam criando mecanismos, norteados pela doutrina da Igreja Católica, para converter os índios à fé católica e produzir um sentimento de “amor” ao trabalho. Ficou claro que a questão do trabalho era salutar, uma vez que havia uma necessidade incontestada da utilização da mão de obra indígena para remar, guiar nos meandros da mata, extrair as drogas do sertão, atuar na agricultura comercial e outras atividades produtivas (SOUSA, 2002).

Com efeito, as missões e os aldeamentos aceleraram o processo de desintegração das sociedades indígenas.

De fato, no seu esforço de transformar os aldeamentos em mecanismos ideais para a manipulação e controle dos povos indígenas, os jesuítas buscavam, de forma metódica, desmontar os elementos fundamentais da organização social e cultural de diversos grupos locais, substituindo-os por um modelo radicalmente divergente. Por exemplo, a criação de povoados fixos e permanentes com uma delimitação territorial em termos absolutos contrastava fortemente com o padrão convencional de fragmentação e recomposição periódica de aldeias. Já a organização espacial das missões, decalcada do modelo europeu orientado em torno da igreja numa praça central, também fugia aos modelos organizacionais das aldeias pré-coloniais. Ainda em outros casos, a substituição das unidades domésticas multifamiliares por unidades nucleares bem como a proibição da poligamia tiveram grande impacto, ao passo que a repressão de boa parte dos ritos nativos e a concomitante introdução de rituais cristãos buscavam reestruturar os contornos básicos da vida dos índios. Finalmente, e talvez mais significativo, os missionários procuravam inculcar nos seus súditos indígenas uma nova concepção de tempo e do trabalho, na qual a divisão sexual do trabalho e a organização rígida do tempo produtivo necessariamente esbarravam nos conceitos pré-coloniais (MONTEIRO, 1994, p. 47).

Deste modo, a construção de um aldeamento e de uma missão se dava por meio de uma estrutura espacial e cultural que muito se diferenciava do universo indígena. A imposição de comportamentos e valores europeus em detrimento das culturas indígenas contribuiu para um processo de dizimação cultural destes povos.

Alguns historiadores, entre eles José Ribamar Bessa Freire (1991), Francisco Jorge dos Santos (2002), apontaram o caráter destrutivo que os aldeamentos e as missões realizaram no interior das etnias indígenas. As condições de trabalho e de vida “foram as causas primárias do extermínio das populações indígenas (...). O padre João Daniel calculou que os índios foram reduzidos a um milésimo da sua população original” (FREIRE, 1991, p. 47). Devem-se considerar aqui também as guerras e a escravização, instrumentos de dizimação física dos povos indígenas.

Tanto os jesuítas como as outras ordens religiosas que se fixaram na Amazônia por meio dos aldeamentos e das missões acabavam por implantar a estrutura

mencionada acima, o que se constituiu num elemento comum. Carmelitas, mercedários e franciscanos também constituíram missões nos moldes acima mencionadas, impactando também de forma significativa as sociedades indígenas.

Em Tefé, os aldeamentos e as missões religiosas também foram instituídos. Desta forma, o processo de catequização dos indígenas que habitavam esta região se fez presente. Tal processo se caracterizava como expansão colonial e consoante Faulhaber nele “prevalecia a forma de organização religiosa das missões, que não deixava de ser uma forma de intervenção territorial, na qual estava encrustado o mito da “civilização do gentio selvagem” (1998, p. 114).

Aqui cabe colocar em relevo a idéia das missões como instituição de fronteiras. Segundo Charles Boxer a missão religiosa “como instituição de fronteira era uma característica da colonização ibérica em muitas regiões e culturas” (1981, p. 92).

O termo fronteira possui duas acepções. A primeira, tradicional, corresponde a limites territoriais entre entidades políticas, como por exemplo, Portugal e Espanha. A segunda corresponde ao espaço de encontro/confronto de alteridades entre formações culturais distintas, como por exemplo, a cultura ibérica e a cultura indígena (UGARTE, 2000, p. 212-213).

Neste sentido, os missionários, notadamente os jesuítas a serviço da Espanha e os carmelitas a serviço de Portugal, realizavam seus trabalhos no sentido de expandir as fronteiras dos seus Estados Nacionais, numa disputa que acarretava a movimentação das fronteiras, considerando a segunda acepção citada acima.

Este espaço era disputado pelas Coroas de Portugal e Espanha. As aldeias, fundadas a partir da interferência dos missionários (jesuítas e carmelitas) sobre as relações sociais e a espacialidade indígena, passaram, no século XVII, do domínio português para o domínio espanhol e vice-versa, ao sabor dos conflitos armados e dos acordos que fixaram as fronteiras entre os dois domínios no Médio Solimões, visto como um exemplo característico de “fronteira móvel” (FAULHABER, 1998, p. 78).

Com efeito, a presença dos carmelitas na região de Tefé (Médio Solimões), visava assegurar a área para a Coroa Portuguesa. Cabe destacar que os espanhóis também queriam assegurar esta região por meio da presença dos jesuítas. Esta disputa e rivalidade entre jesuítas (espanhóis) e carmelitas (portugueses) marcaram as relações entre europeus e etnias indígenas que habitavam a região do Médio Solimões, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII.

A missão de Santa Tereza D’avila

Havia uma disputa entre Portugal e Espanha concernente ao Médio Solimões. Ambos fundaram aldeamentos e missões nestes rincões.⁴ Esta disputa denota a disputa entre Portugal e Espanha por esta região, do mesmo modo que é perceptível a instituição das missões como “instituições de fronteira”.

A localização para a construção dos aldeamentos e das missões levava em conta algumas condições, como por exemplo, “a existência de sítios que ofereciam condições propícias (...) como lago, campinas e ervas para o gado”. Além disso, a expansão colonial implicava “relações de força (armada ou simbólica) com os diversos povos indígenas” que habitavam a região (FAULHABER, 1998, p. 81).

Os portugueses quando conseguiram a hegemonia sobre a região, o que se deu por meio de muita luta com os espanhóis, causando inclusive instabilidade nos aldeamentos e missões existentes, dispersando os indígenas submetidos a este processo, começaram então a reorganizar os aldeamentos e as missões, modificando-as inclusive de localização.

Quando, finalmente, os portugueses firmaram seu poderio, os Carmelitas Calçados, sediados em Parauari dedicaram-se à organização dos aldeamentos, reunindo os índios dispersos; e assim foi fundada Tefé, em 1718, por Frei André da Costa, que transportou da ilha dos Veados – sujeita frequentemente a alagações - índios Coerunas, Jumas e outros, para a Boca de Tefé... (FAULHABER, 1998, 85).

Com efeito, as ações dos carmelitas se intensificaram no rio Tefé, sobretudo o trabalho de catequese, cuja finalidade era difundir a fé católica e inculcar nos indígenas a cultura do trabalho, utilizando os indígenas como força de trabalho.

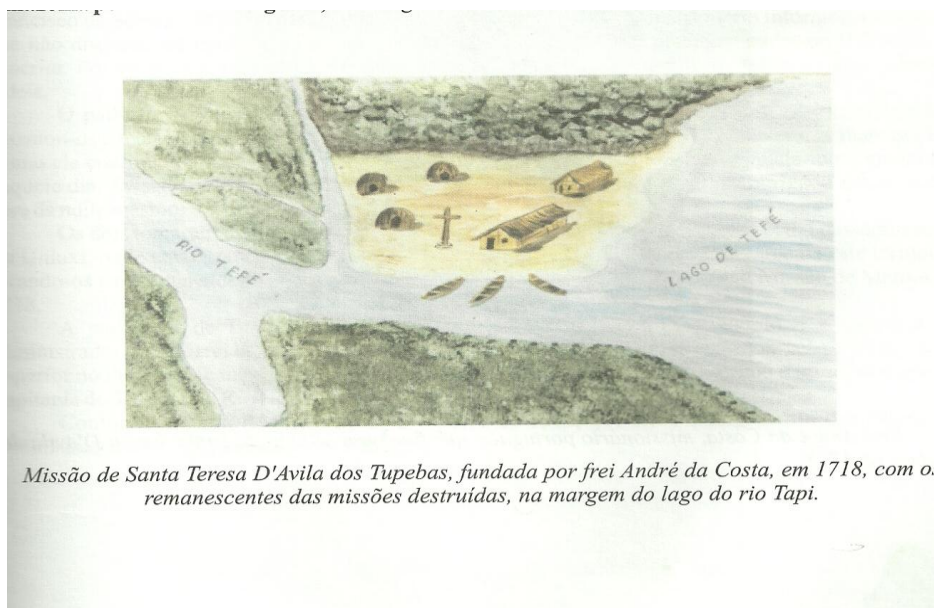


Fig. 1: Planta da Missão de Santa Teresa D'Avila⁵. Fonte: Acervo particular.

Cabe destacar que as ordens religiosas que se estabeleceram na Amazônia se destacaram no campo político e econômico.

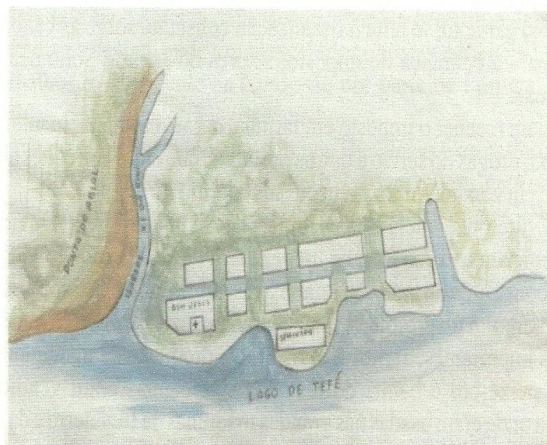
No plano econômico, uma das funções básicas dos missionários, foi a de criar e suscitar comunidades agrícolas estáveis, como elemento fundamental no fornecimento e repartição da força de trabalho indígena (...). O controle absoluto da mão-de-obra indígena, a posição estratégica das missões, as isenções fiscais e fazendárias, possibilitou aos missionários o acúmulo de uma grande riqueza. Eles controlavam todo o comércio com a região e auferiam lucros 80% superiores àqueles obtidos pelos demais comerciantes. Na metade do século XVIII os missionários possuíam 55 grandes fazendas de gado (...), além de fazendas rurais, engenhos e outros estabelecimentos agrícolas (FREIRE, 1991, p. 46).

No plano político, conseguiram mobilizar, por conta da sua posição estratégica no mundo colonial, forças que imobilizavam posições contrárias a dos missionários, tanto aquelas que emergiam dos colonos quanto até mesmo da Coroa Portuguesa.

No plano econômico, tinham fazendas, engenhos e outras propriedades que asseguravam uma produção significativa e ganhos interessantes. Com efeito, os jesuítas se destacaram neste processo, o que não significa dizer que os carmelitas não tivessem propriedades significativas. Entretanto, quando Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) assumiu como primeiro ministro do rei D. José I, em 1750, implantou uma série de medidas, dentre elas a expulsão dos jesuítas e o confisco de suas propriedades e riquezas, uma vez que eles eram vistos como os grandes açambarcadores da riqueza da metrópole (MAXWELL, 1996).

Interessante destacar também que estava em curso na Europa neste momento, e em diversas regiões do continente, um processo de subordinação da Igreja Católica ao Estado Nacional. Em Portugal este processo foi conduzido pelo Marquês de Pombal que expulsou os jesuítas das fronteiras de Portugal bem como da Amazônia. Entretanto outras ordens continuaram atuando, desde que se alinhassem às ordens da Coroa.

Neste sentido, com o Diretório dos Índios (1757), um novo capítulo na História da Amazônia se abriu, porém não sem a total presença dos missionários que aí permaneceram até os anos finais do século XVIII e os anos iniciais do século XIX, embora com espaço de atuação reduzido. Mesmo assim, ainda sob a administração de Pombal, o Médio Solimões viu a transformação da missão carmelita em Vila, em 1759, com o nome de Ega.



Planta da Missão de Santa Teresa D'Avila dos Tupebas (Tefé), elevada à Vila, com o nome de Ega, pela Carta Régia de 6 e 7 de junho de 1759.

Fig. 2: Planta da Missão transformada em Vila em 1759. Fonte: Acervo particular.

A presença desta ordem religiosa no rio Tefé (Carmelita) denota a existência de um trabalho de catequese sobre os habitantes da região, notadamente indígenas, e toda uma desestruturação social, econômica, política e cultural destes povos nativos que foram impactados pelo trabalho de imposição de valores culturais ocidentais, principalmente no campo das práticas religiosas, que concorreram para um processo vivo de “aculturação” e de perda de identidade. De fato, este processo acabou por desmontar os elementos fundamentais da organização social e cultural dos povos locais, impondo uma nova concepção de tempo, de trabalho e de culto alinhado a fé católica.

54

A igreja de Santa Teresa e o Seminário São José em Tefé: usos da memória e do esquecimento na história da cidade

Além das ordens acima citadas, as mais recorrentes na historiografia, outras ordens religiosas se estabeleceram na Amazônia, e isto não somente no momento colonial, mas também no período do Brasil Imperial e Republicano.

Após a falência do Diretório Pombalino (1798), as ordens religiosas começaram a aumentar seus espaços de atuação, adentrando em regiões longínquas com a finalidade de propagar a fé católica, convertendo povos distintos. Neste processo, sobretudo em meados da segunda metade do século XIX, em Tefé, os espiritanos começaram a marcar presença, consolidando-se após a construção do Seminário São José.

Atualmente, segundo o Censo do IBGE (2010), Tefé possui 61.399 habitantes. A cidade se destaca no campo econômico pela agricultura e mais fortemente pelo setor de

serviços. Neste contexto, a presença do catolicismo na região é muito forte. A Matriz e o Seminário São José são responsáveis por uma dinâmica religiosa na cidade e por uma série de manifestações e apoio a temas polêmicos contemporâneos.⁶ Além também de conduzirem muito das festas culturais ligadas à própria Igreja, com destaque para a festa de Santa Tereza realizada nas duas primeiras semanas de outubro.



Fig. 3: Igreja de Santa Teresa (Matriz). Fonte: Acervo particular.

Entretanto, em que pese esta atuação dinâmica e a presença forte do catolicismo, não se pode deixar de mencionar que isto se constituiu enquanto resultado de um processo histórico marcado pela presença de missionários ligados a esta instituição que desenvolveram uma série de trabalhos de catequese impactando culturas indígenas que foram desarticuladas e até mesmo “eliminadas” deste cenário. Essas ações da instituição por meio das ordens religiosas foram colocadas no campo do esquecimento. Aqui entra a questão dos usos da memória e do esquecimento na História.

Com relação aos usos da primeira, o caráter de patrimônio histórico assumido pela Igreja de Santa Teresa e pelo Seminário São José evocou a necessidade de construção de uma memória histórica acerca destes lugares, de modo que esta memória emergisse quando estes lugares fossem observados. Desta forma, o ponto de referência para a estruturação desta memória se situa na percepção da Igreja e do Seminário como patrimônio arquitetônico ligado a um determinado grupo, os missionários.

Neste sentido, destacaram-se os objetivos da presença missionária na região, as dificuldades desta presença e das atividades missionárias, a superação das adversidades em prol da pregação e conversão e outras ações neste sentido. Pontos e questões que se

constituíram a base da construção da memória ligada a estes lugares e a estes grupos. Mesmo em momentos atuais, esta linha é reforçada pela luta por uma melhor educação e saúde na região, com o envolvimento deste grupo com temáticas atuais de luta contra o preconceito e discriminação contra os negros afro-descendentes e os indígenas. Destaca-se até mesmo a importância crescente da educação escolar indígena para a recuperação, preservação e valorização das culturas indígenas ainda existentes.

Percebe-se então todo um processo de construção da memória. Cabe destacar que existe uma natureza social na memória, explicitada pela dimensão com relação ao tempo passado, por meio de uma interação entre o esquecimento e a preservação “integral” do passado.

Sendo uma construção ativa, dinâmica, a memória nunca é a repetição exata de algo passado. Trata-se em realidade, de uma reconstrução que cada um realiza dependendo da sua história, do momento e do lugar em que se encontra. Mas cada um constrói a sua memória em ativa interação com os demais, ou seja, ligadas às lembranças das experiências e aos laços afetivos de pertencimento a um determinado coletivo social. Tais laços produzem, induzem e reforçam lembranças comuns, ou seja, geram uma memória social.

(...)

De fato, a memória é uma construção. Como tal, ela é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que a hierarquizam, segundo os interesses dominantes, aspectos de classe, políticos, culturais, etc. Isto não é produto do acaso; é sim um resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural (PADRÓS, 2001, p. 80-81).

Observando tais inferências acerca da memória, é possível perceber, para o caso de Tefé, a atuação contemporânea dos agentes históricos envolvidos na difusão da fé católica – padres, bispos, vigários, freiras etc. – agindo no âmbito da Igreja de Santa Teresa e no Seminário São José num processo de construção de uma memória histórica onde a atuação histórica missionária na região passou a ser vista como uma “missão divina” de pregação cristã em áreas “inóspitas” para fortalecer a fé católica. Dificuldades que foram superadas pelos missionários com o intuito de conversão e salvação de grupos que habitavam esta região.



Fig. 4: Seminário São José. Fonte: Acervo particular.

Com efeito, assim como há usos da memória também há usos do esquecimento.

Como aponta Padrós:

Evidentemente que há usos da memória, há também, usos do esquecimento. Isto aponta para a possibilidade de até instrumentalizar os esquecimentos: ‘há esquecimentos que são usados ou que foram usados para certos fins’. Esquecer (algo) pode ser uma opção, uma conveniência... (2001, p. 85).

57

O esquecimento enquanto opção e/ou conveniência é muito utilizado por grupos que, no passado, conduziram processos que, no futuro, demonstraram-se traumáticos. Nesta esteira, os missionários radicados em Tefé pouco falam sobre a trajetória histórica da instituição Católica na Amazônia, em especial Tefé. As ideias, comportamentos e ações são destacados em pontos que ofuscam as relações estabelecidas no passado entre a Igreja Católica, e suas ordens, e os povos indígenas que habitavam a região do Médio Solimões, relações estas que desarticularam culturas inteiras e eliminaram tantas outras.

Considerações finais

Evidencia-se a memória como reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente (HALBWACHS, 1968). Portanto, a construção de uma memória histórica que veio se constituindo ao longo das últimas três décadas pelas ações e discursos dos missionários que atuam no interior da Igreja de Santa Teresa e do Seminário São José se insere no interior da dinâmica empreendida por estes lugares e estes agentes na cidade de Tefé. Como se mencionou anteriormente existe uma intensa interação entre as atividades da Igreja com as da cidade, tornando-a movimentada. Por

esta importância, a memória histórica deste grupo procura estabelecer uma linha contínua ligando a sua presença no presente a uma presença no passado.

Portanto, é possível falar, no caso da memória histórica ligada aos espíritanos, que ela emergiu no sentido de potencializar as ações deste grupo no presente, ações de participação social e políticas múltiplas, caracterizando a memória como um ponto de apoio e justificativa de suas ações (SANTOS, 2007).

Não obstante, neste processo todo o esquecimento faz-se também presente, como a outra “face da moeda”. “Esquecimento que seria não só uma falha, um “branco” de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte...” (GAGNEBIN, 2004, p. 3).

Nesta linha, os missionários católicos que atuam em Tefé no interior da Igreja de Santa Teresa e do Seminário São José “apagam”, “renunciam” os impactos das ações da instituição católica no passado sobre os povos indígenas da região do Médio Solimões.

Não se quer aqui atacar ou menosprezar as ações dos missionários na região do Médio Solimões, mas simplesmente, parafraseando Eric Hobsbawm, realizar o ofício do historiador que é “lembrar o que os outros esquecem” (1995, p. 13), mesmo que este “lembrar” seja indigesto para determinados grupos sociais.

Referências

ARNAUD, Expedito. A legislação sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão nos séculos XVII e XVIII. **Boletim de Pesquisa da Cedeam**, Manaus, v. 4, n.º 6, jan./jun./1985, pp.34-72.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua época**. 2ª ed., Lisboa: Clássica Editora, 1990.

BEOZZO, Oscar. **Leis e Regimentos das missões**. São Paulo: Loyola, 1983.

BOXER, Charles R. **O Império Colonial Português (1415-1825)**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 1981.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. Manaus, Metro Cúbico, 4ª edição, 1991.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PADRÓS, Enrique Serra. Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência. In: UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer, GINZBURG, Jaime (orgs). **Literatura e Autoritarismo**. Revista Letras, jan-jun 2001, p. 79-95.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVII a XVIII). In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992, pp. 115-132.

REIS, Arthur Cezar Ferreira (1931). **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2ª edição, 1989.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina**. 2º ed. Manaus: EDUA, 2002.

SOUSA, James. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, n 6, 2002.

Notas:

¹ Como por exemplo, grupos econômicos que procuram recuperar e resgatar as suas trajetórias, grupos familiares, instituições públicas e outros.

² Fenômeno Político em que o rei da Espanha tornou-se também rei de Portugal, formando uma unidade política no sentido de administrar a Península Ibérica. A União Ibérica durou 60 anos, de 1580 a 1640. Ver (BOXER, 1981).

³ Cacau selvagem, canela do mato, cravo, salsaparrilha, castanha-do- pará, piaçava, andiroba, copaíba, gengibre, puxuri, baunilha, tinta de urucum, anil e outros.

⁴ Pode-se destacar do lado Espanhol a missão erguida no Médio Solimões e que originou o atual município de Fonte Boa, próximo de Tefé (alguns quilômetros).

⁵ Cabe salientar que as imagens selecionadas e presentes neste artigo possuem uma perspectiva meramente ilustrativa no sentido de apresentar de forma visual aspectos da História da região, em especial as edificações mencionadas, a Igreja Matriz e o Seminário São José, não sendo, portanto, alvo de reflexões mais profundas.

⁶ Como quermesses, procissões, arraiais e demais atividades.

[Recebido: 26 set. 2013 / Aceito: 08 dez. 2013]